

**REDESCOBRINDO A
IDENTIDADE BRASILEIRA: a
introdução da disciplina
Educação das relações Étnico
raciais na formação de
graduandos**

**REDESCOVERING BRAZILIAN
IDENTITY: the introduction of
the discipline Education of
ethnic racial relations in the
training of undergraduate
students**

**REDESCUBRIR LA IDENTIDAD
BRASILEÑA: la introducción de
la disciplina Educación de las
relaciones étnicas raciales en la
formación de estudiantes de
pregrado**

Resumo: A materialização da temática das relações étnico-raciais introduzida no currículo escolar por meio das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 têm sido um desafio na formação profissional em ensino superior, por ser um assunto de formação cidadã e não técnica, o qual, muitas vezes, não tem espaço no currículo profissional. Observando a importância da temática na formação de graduandos, este artigo tem o objetivo apresentar os desafios e as possibilidades de inserção dos conteúdos associados às relações étnico raciais nos currículos de ensino superior, apresentando a opção teórico-metodológica e os resultados alcançados em cursos de Agronomia, Zootecnia, Medicina Veterinária, Bacharelados e Licenciaturas de Biologia e Química.

Palavras-chave: Etnicidade. Formação Profissional. Ensino Superior.

Recebido em: 19/02/2021

Aceito em: 11/03/2021

Publicação em: 24/03/2021



Revista Espaço do Currículo

ISSN 1983-1579

Doi: 10.22478/ufpb.1983-1579.2018vxnxx.xxxxx

<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php>

Ana Cristina Silva Daxenberger

Doutora em Educação

Professora da Universidade Federal da Paraíba, Brasil.

E-mail: ana.daxenberger@gmail.com

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-9101-6205>

Rosivaldo Gomes de Sá Sobrinho

Doutor em Sociologia

Professor da Universidade Federal da Paraíba, Brasil.

E-mail: rosivaldosobrinho@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9970-1987>

Como citar este artigo:

DAXENBERGER, A. C. S.; SOBRINHO, R. G. S.. REDESCOBRINDO A IDENTIDADE BRASILEIRA: a introdução da disciplina Educação das relações Étnico raciais na formação de graduandos. **Revista Espaço do Currículo**, v. 14, n. 1 p. 1-9, 2021. ISSN2177-2886. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1983-1579.2021v14n1.57764>.

Abstract: The materialization (realization, integration) of the theme of ethnic-racial relations introduced in the school curriculum through the laws 10.639/2003 and 11.645/2008, has been a challenge in professional training in higher education, as it is a subject of citizen and non-technical formation, for which, often, there is no space in the professional curriculum. Observing the importance of the theme of formation of students, this article has the aim to present the challenges and possibilities of inserting the contents associated to the ethnic racial relations in the curricula of higher education, presenting the theoretical-methodological option and the results achieved in courses of Agronomy, Zootechnics, Veterinary Medicine, Bachelor Degrees and Graduations in Biology and Chemistry.

Keywords: Ethnicity. Professional qualification. University education.

Resumem: La materialización (realización, integración) del tema de las relaciones étnico-raciales introducido en el currículo escolar a través de las leyes 10.639/2003 y 11.645/2008, ha sido un desafío en la formación profesional en la educación superior, por ser una asignatura de ciudadanía y formación no técnica, para la que, a menudo, no hay espacio en el currículo profesional. Observando la importancia del tema de la formación de los estudiantes, este artículo tiene como objetivo presentar los desafíos y posibilidades de insertar los contenidos asociados a las relaciones étnico-raciales en el currículo de la educación superior, presentando la opción teórico-metodológica y los resultados alcanzados en cursos de Agronomía, Zootecnia, Medicina Veterinaria, Licenciaturas y Graduaciones en Biología y Química.

Palavras-clave: Etnicidade. Qualificação profissional. Educação universitária.

1 INTRODUÇÃO

A experiência de estudos na área de relações étnico-raciais, para os autores desse artigo, tem seu início, na parceria para a elaboração e posteriormente gestão de um projeto de pesquisa financiado pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), que objetivava a desenvolver a autonomia na produção agroecológica, na Comunidade Quilombola Senhor do Bonfim, no município de Areia, estado da Paraíba, durante os anos de 2011 a 2013.

Conhecendo a comunidade quilombola, identificou-se que havia a necessidade de se expandir o trabalho, por meio de ações extensionistas, para que houvesse a valorização da cultura afro-brasileira nos espaços sociais em que a comunidade convivia e, promover a superação da discriminação racial. Sendo assim, a escola rural do distrito frequentada por estudantes da comunidade quilombola tornou-se um valioso espaço de trabalho e foi a pioneira na interação entre a universidade e as escolas da rede municipal de educação, visando o trabalho de valorização da cultura afro-brasileira no município de Areia/PB.

Concomitantemente, os cursos de graduação da UFPB sofriam mudanças em suas estruturas curriculares, em atendimento o que preveem as Leis 10.639/2003 e 11.635/2008, no tocante à criação de disciplina e/ou oferecimento de conteúdos relacionados à valorização da cultura afro-brasileira e à história da África. Neste contexto, em 2014, os cursos de graduação em Ciências Biológicas (licenciatura e bacharelado) implantaram como obrigatória e optativa a disciplina Educação das relações étnico-raciais. Vale ressaltar que para os cursos de licenciatura já eram ofertados os conteúdos específicos na área de etnicidade e valorização da diversidade por meio de outra disciplina, com foco na educação e inclusão social e aspectos sócio-históricos e/ou antropo-filosóficos associados aos fundamentos da educação.

Em função dos resultados conquistados ao longo dos seis anos de implantação da disciplina Educação das relações étnico-raciais, na formação de graduandos de diferentes cursos do Centro de Ciências Agrárias (CCA) da Universidade da Paraíba (UFPB), identificamos como importante a reformulação curricular dos cursos de graduação de maneira a promover uma formação mais cidadã e que contribua para a compreensão sobre as próprias identidades dos graduandos, proporcionando uma visão mais crítica sobre a identidade do povo brasileiro, a valorização da cultura afro-brasileira; a desmistificação da história sobre a colonização do Brasil e, principalmente, reconhecendo e valorizando a diversidade cultural presente em nossa sociedade. Sendo assim, o objetivo deste artigo é apresentar como, a reformulação curricular dos cursos de graduação, proporciona a compreensão sobre a cultura, identidade e sociedade desvelando aspectos associados à cultura afro-brasileira, à compreensão sobre as diferentes contribuições dos povos africanos à humanidade e conhecer alguns aspectos da história da

África reconstruindo conceitos e valores.

Para isso, este artigo organiza-se em duas partes, além da introdução, nas quais nos propomos: na primeira, apresentar os pressupostos teóricos que sustentam os estudos desenvolvidos na disciplina Educação das relações étnico-raciais; na segunda parte, discutir sobre a implantação da disciplina nos cursos do Centro de Ciências Agrárias da UFPB, como a estrutura e as metodologias desenvolvidas na disciplina.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS QUE SUSTENTAM OS ESTUDOS DESENVOLVIDOS NA DISCIPLINA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A centralidade do currículo escolar em uma perspectiva eurocêntrica presente nas escolas brasileiras e nos livros didáticos possibilitaram o fortalecimento e a manutenção de um legado de desigualdade social e de não reconhecimento dos povos africanos e indígenas na construção histórica-social do Brasil (FERREIRA, SILVA, 2020; MUNANGA, 2005, SKIDMORE, 2012; SCHWARZ E GOMES, 2018).

Conforme Munanga (2005) afirma:

alguns professores, por falta de preparo ou por preconceitos neles introjetados, não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional. Na maioria dos casos, praticam a política de avestruz ou sentem pena dos “coitadinhos”, em vez de uma atitude responsável que consistiria, por um lado, em mostrar que a diversidade não constitui um fator de superioridade e inferioridade entre os grupos humanos, mas sim, ao contrário, um fator de complementaridade e de enriquecimento da humanidade em geral. [...]

Nesse sentido, podemos contribuir na mudança da estrutura social, ao optarmos, como formadores, pelo ensino das relações étnico-raciais na perspectiva crítico-social, compreendendo que a educação é transformadora dos processos sociais. Como Freire (1987) diz, se a educação sozinha não modifica a sociedade, sem ela não há mudanças; por isso a introdução da Educação das relações étnico-raciais, fundamentada nos estudos sobre a identidade social do povo brasileiro, nos exigiu apresentar os estudos de Skidmore (2012) e Schwarcz (1993) e Schwarcz e Gomes (2018).

Skidmore (2012) assim como Schwarcz (1993) trazem em suas obras uma visão crítica sobre a identidade brasileira, no tocante à miscigenação e uma análise aprofundada sobre a política de branqueamento introduzida no Brasil abolicionista.

Partindo de uma teoria racial, pela qual era justificada a existência de diferentes raças humanas, os adeptos da teoria eugenista afirmavam que a relação interracial levaria à degradação, à degeneração humana. Utilizavam esse argumento, por exemplo, para afirmar a falta de progresso econômico no novo mundo. Essa teoria teve muitos adeptos no Brasil e, vários estudos, realizados nos Museus etnográficos, reiteraram as teorias de degeneração das raças, propondo como solução para o problema brasileiro o branqueamento da população (SCHWARCZ, 1993). O negro que até então havia sido os braços e pernas do trabalho nos diversos setores de produção, a partir dessas ideias era considerado inapto ao trabalho assalariado.

Fundamentados nessas ideias, foi fomentada, no Brasil, uma política de embranquecimento, contando inclusive com o financiamento público para a vinda de europeus. Moura (2019), Schwarcz, (1993), Skidmore (2012), Florestan Fernandes (2013), fazem referências a essa política de exclusão do povo negro brasileiro e os privilégios concedidos ao europeu.

De acordo com Moura (2019), já havia, mesmo antes da imigração europeia, um excedente de mão de obra no Brasil, e, a chegada dos imigrantes aumentou a massa de negros desempregados agravando ainda mais a situação desta parcela da população brasileira. Que, por sua vez, abandonados à própria sorte (FERNANDES, 2008) encontrava ocupação em atividades socialmente menos valorizadas, trabalho

doméstico, carregadores, serviços gerais. Conformava-se assim a classe de trabalhadores mal pagos e explorados, inclusive como moradores em fazendas onde haviam sido escravizados; situações que comprovam a permanência das condições de dominação e exclusão socioeconômicas (FREIRE, 1987).

Para Figueiredo (2009, p. 65), “o Brasil, historicamente, instituiu relações sociais de trabalho sustentadas, por um lado, numa concentração de renda, por outro, na desnacionalização crescente da economia”, o que por anos manteve políticas não só de supremacia racial branca como de desigualdade social às populações indígenas e negras. Nesse sentido, compreender as relações entre identidade, sociedade, relações de trabalho, emprego/desemprego, exclusão no Brasil ao longo da história, nos permite compreender as consequências sociais presentes no século passado e na contemporaneidade.

É mister que as Instituições de Ensino Superior (IES) devam assumir o papel social diante da legitimidade da educação para as relações raciais, e analisar os fenômenos atuais a partir das suas origens históricas para que os sujeitos em processo formativos possam compreender “os desdobramentos e consequências de ocorrências passadas, ainda que o recurso à história evidencie rompimentos” (OLIVEIRA, 2015, p. 7), sendo esse [...] “o percurso mais seguro para a devida compreensão do presente” (OLIVEIRA, 2015, p. 7).

3 A IMPLANTAÇÃO DA DISCIPLINA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS CURSOS DO CCA/UFPB

Como já relatado anteriormente, os cursos de licenciaturas do CCA/UFPB, já tinham disciplinas que contemplavam alguns aspectos relacionados aos estudos sobre diversidade cultural. Entre elas: podemos citar a disciplina Educação e Inclusão social (45 horas/aula) e três disciplinas de Fundamentos da Educação: Fundamentos Sócio-históricos (60 horas/aula), Fundamentos Antropofilosófico (60 horas/aula) e Fundamentos de Sociologia e Antropologia (30 horas/aula).

As disciplinas acima inseridas nos currículos das licenciaturas tratavam os aspectos exigidos pelas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, não tão específicos e aprofundados, quanto à nova disciplina Educação das Relações Étnico-raciais que foi introduzida nos cursos da UFPB, por meio da Resolução 16/2015, do Consep da UFPB. Tal mudança demonstra a importância sobre os pressupostos legais e formativos dos graduandos quanto aos elementos constitutivos de formação da sociedade brasileira.

Assim está escrito, na Resolução 16/2015 que regulamenta os cursos de graduação da UFPB:

Art. 26 A composição curricular de todos os Cursos de Graduação, presenciais e a distância deve contemplar o componente curricular Educação das Relações Étnico-Raciais nos Cursos de Graduação, modalidades Bacharelado e Licenciatura da UFPB.

§ 1º O componente curricular Educação das Relações Étnico-Raciais deve ser inserido como componente complementar obrigatório em todos os Cursos de Graduação da UFPB, considerando a Resolução N° 1, de 17 de junho de 2004 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

§ 2º. O componente curricular Educação das Relações Étnico-Raciais será desenvolvido por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino e deve ser inserido como Seminário Temático ou oficina ofertada em tempo integral ou em horário livre, no tempo do calendário acadêmico ou fora do calendário, ou como conteúdo transversal por determinação do Colegiado de Curso. **(grifo nosso)**

A introdução do componente curricular Educação das Relações étnico-raciais em todos os cursos de graduação como obrigatória fez com que todos os cursos discutissem em seus núcleos estruturantes (NDE) sobre como o componente curricular iria se apresentar. Sendo assim, tanto as licenciaturas como os bacharelados, tiveram a obrigação de tratar os conteúdos exigidos pelas leis supracitadas.

Por opção, mesmo a resolução nº 16/2015 tendo sido aprovada em 2015, o CCA/UFPB implantou a

disciplina Educação das relações étnico raciais, em 2014, com a ementa: “Estudo da história da África e dos Africanos. A luta dos negros no Brasil. História e cultura negra brasileira. O negro na formação da sociedade nacional. Resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes a história do Brasil. Políticas de reparações, de reconhecimento e valorização, de ações afirmativas. Ações educativas de combate ao racismo e a discriminações.”

Inicialmente, cerca de setenta estudantes de licenciatura e bacharelado em Biologia junto com estudantes de Zootecnia e Medicina Veterinária se matricularam conjuntamente, na primeira edição da disciplina, no campus 2.

Atualmente, cada curso tem suas próprias turmas, com média de 35 estudantes. Ao longo dos seis anos de implantação da disciplina houve mudanças quanto à apresentação dos conteúdos e à abordagem de estudos. Hoje, encontra-se baseada nos pressupostos teórico-críticos aqui já apresentados e com resultados significativos quanto aos debates sobre as temáticas de estudos.

Ela está estruturada em três unidades de estudos, sendo eles: na Unidade 1. Conceitos básicos históricos, conceituais legais, incluindo: estudos sobre a formação do ser branco, negro, indígena e sua relação histórica no Brasil; estudos sobre racismo, determinismo social e eugenia; compreensão sobre os aspectos legais antirracistas e políticas de inclusão e reparação. Na Unidade 2: A construção da identidade: aspectos socioculturais, com estudos específicos sobre a construção de quilombolos e as comunidades quilombolas no Brasil; as Lutas das populações negras no Brasil; Culturas afro-brasileiras especificamente a música, dança, arte, comida, linguagem e língua, etc; o negro na literatura brasileira; a Religião e religiosidades de matriz africana. E na Unidade 3, temos estudos sobre alguns aspectos sobre a África, como as contribuições dos povos africanos à humanidade; as Lutas dos povos africanos e a colonização; a Política da Apartheid, e finalmente, pesquisas sobre alguns reinos africanos.

Como opções metodológicas, partimos das ideias de Morin (2001) sobre a necessidade de desconstrução de conhecimentos para a construção de novos conhecimentos. Na busca de ressignificar muitos conhecimentos sobre a história do Brasil e seu processo de colonização inicia-se a disciplina, em aula, com um *brainstorm* - tempestade cerebral - para que os graduandos possam elencar o máximo de palavras associadas à África.

Tais exercícios nos possibilitaram identificar valores e mitos associados ao continente africano como: doenças, pobreza, guerras, violência, fome e outros elementos que identificam a África com uma imagem pejorativa. Seguidamente, a identificação de heróis negros ou heroínas negras, nas obras literárias brasileiras estudadas por eles, ao longo da educação básica, passou a ser o segundo elemento de desconstrução de conhecimento. A partir do reconhecimento, que poucos ou nenhum dos graduandos tenham sobre histórias ou literaturas que mostram a imagem do negro ou da negra como heróis ou heroínas, vamos introduzindo novos aspectos históricos sobre a colonização e posteriormente com estudos sobre a implantação da política de branqueamento, no Brasil, principalmente, no e pelo governo republicano, no final do século XIX e que perdurou até meados dos anos 50 do século passado.

O debate em torno do questionamento sobre o porquê não lembrarmos ou não identificarmos tais personagens em nossos estudos, permitiu-os a refletir, inicialmente, sobre uma concepção de currículo eurocêntrico formativo que sempre esteve presente nas escolas brasileiras; valorizando a cultura europeia e reconhecendo o branco em uma estrutura social mais valorativa.

Essa desconstrução de saberes pauta-se na possibilidade da perspectiva decolonial apresentada por Ferreira e Silva (2020, p.93), a qual compreende que o colonialismo deve ser discutido [...]

para além da expansão e da conquista territorial, (pois) forjou uma nova ordem mundial: o sistema-mundo moderno/colonial, no qual estavam inscritos ideias de justiça, igualdade e liberdade a partir de uma classificação racial da sociedade moderna que atendia aos interesses de alguns poucos donos do mundo.

Tal classificação localizou em seu interior aqueles que correspondiam aos padrões de poder, de saber e de ser, naturalizando as ideias e ações de

subalternização, opressão e condenação de tudo e todos que não se enquadrassem no padrão estabelecido, criando-se a exterioridade.

Estes pesquisadores apresentam em sua obra, uma perspectiva crítico-social sobre o currículo e a educação das relações étnico-raciais, trazendo elementos para a construção de *práxis* curriculares antirracistas, que nos possibilitaram reafirmar, que a condução da disciplina no campus Areia/UFPB, tem trazido o que eles apontam como “*práxis* decolonizadora que se materializa na descolonização simultânea do poder, do saber e do ser” (FERREIRA E SILVA, 2020, p. 95). Essa *práxis* possibilita aos graduandos a liberdade de reconstruir seus saberes e refletir sobre a realidade, sendo essas condições *sine qua non* para a liberdade e superação da situação de oprimido tão debatidas e apresentadas no pensamento freireano (FREIRE, 1987, 1996, 1997, 1999, 2000).

Dessas incursões iniciais, partiu-se pelos estudos sobre cultura, sociedade e identidade, mergulhando nos estudos que tratam sobre a identidade brasileira, utilizando-se obras de Skidmore (2012), Schwarcz (1993). Nessa etapa, os graduandos são instigados a responder as perguntas: Qual é a minha origem? Quem são meus ancestrais? Tais questionamentos os levam a buscar respostas sobre sua própria identidade e história de família, tentando compreender que características nos identificamos com a miscigenação do povo brasileira e a cultura afro-brasileira.

Alguns estudantes trazem depoimentos sobre memórias de infância e correlacionam sobre situações discutidas em sala de aula. Podemos ilustrar: “Como agora eu entendo porque minha mãe me levava para benzedeira”; ou “muitas vezes tomei banho de ervas”, “meu pai dizia tal coisa” (em alusão a algum provérbio ou ditado com cunho racial). Tais memórias emergidas possibilitam o sujeito a refletir sobre sua realidade vivida e o permite ressignificar conceitos e conhecimentos, os quais estão tão presentes em seu cotidiano e nem sabem qual relação tem com a cultura afro-brasileira, por ter sido naturalizada na cultura brasileira em função dos aspectos multiculturais que nossa sociedade. Os relatos e debates promovidos nesses momentos nos mostram, em certas situações, algumas redescobertas da própria identidade.

Constatamos esse processo ocorrido inúmeras vezes, durante a disciplina, e correlacionamos aos pensamentos de Freire (1987, 1996, 1997, 1999, 2000), no tocante ao ser humano ser um sujeito construtor de seu próprio mundo e capaz de ser um sujeito crítico, capaz de atuar, refletir e superar situações de oprimido ao longo de sua história, sendo reconhecido como sujeito de direitos, valorizando suas origens e sua vivência. Segundo Freire (1999), na obra “A importância do ato de ler” (1999, p. 25)

a medida em que compreendemos a educação, de um lado, reproduzindo a ideologia dominante, mas, de outro, proporcionando, independentemente da intenção de quem tem o poder, a negação daquela ideologia (ou o seu desvelamento) pela confrontação entre ela e a realidade (como de fato está sendo e não como o discurso oficial diz que é), realidade vivida pelos educandos e pelos educadores, percebemos a inviabilidade de uma educação neutra [...] o que temos então, enquanto educadoras ou educadores, é aclarar, assumindo a nossa opção, que é política, e sermos coerente com ela, na prática.

Sendo assim, a possibilidade de questionarem o currículo apreendido ao longo da formação na educação básica, pautado em um modelo eurocêntrico, vai possibilitar aos graduandos a compreensão sobre a estrutura social brasileira e os problemas associados à desigualdade social.

Nesse sentido estudos sobre os aspectos legais, desde o reconhecimento de direitos iguais e dignidade, a responsabilidade do Estado em diferentes segmentos e a implantação de política de inclusão (entenda aqui estudos específicos sobre as políticas de cotas e reparação Lei nº 12.711/2012) torna-se um dos elementos de pesquisa, estudos e debate entre os graduandos, para a compreensão da necessidade de políticas públicas para mitigar a desigualdade social e oportunizar melhores condições de vida e futuro às populações exploradas durante o processo colonizador e da política de branqueamento.

Seguidamente, os estudos sobre comunidades quilombolas, as lutas das populações negras, no Brasil, sua cultura e suas influências são o foco de aprofundamento e desvelamento, por meio de

pesquisa, estudos teóricos e debates. Vídeos e documentários também se tornam elementos para melhor compreensão de tal temática, na qual muitas vezes estão acobertados por mitos relacionados aos aspectos condicionantes apresentados em um currículo escolar que por anos esteve presente nas escolas e nos livros brasileiros. A visão do negro na imagem de escravo, de dominado, de não capaz de pensar e somente executar, do desenvolvimento pautado no esforço do homem branco e da necessidade de manutenção da sociedade patriarca branca cristã, dominadora vai se reconstruindo, com a compreensão sobre a resistência e as lutas travadas pelos povos escravizados, entre eles, inicialmente no Brasil, os índios e depois os negros.

O conto de Machado de Assis, *Pai contra mãe*, publicado em 1906 no livro “Relíquias da Casa Velha”, é um dos recursos utilizados para compreender a visão da sociedade a sua época e a contemporaneidade, correlacionando com o filme de “Quanto vale ou é por quilo?”, de 2005, dirigido por Sérgio Bianchi. O filme traz uma analogia entre o antigo comércio de escravos instituído no período colonial e a situação de exploração comercial da miséria, explorado por Ongs (organizações não governamentais) que por meio de fachadas sociais aproveitam dos investimentos de empresas privadas e do Governo para captar recursos, enquanto a desigualdade social ainda se mantém na sociedade.

Nesse caso, a opção metodológica de utilizar a produção cinematográfica, a literatura brasileira e estudos teóricos sobre desigualdade social e problemas sociais brasileiros, como o racismo estrutural; torna-se uma forma de despatriarcalizar, desracializar, deseteronormatizar, descristianizar, desocidentalizar o currículo, como Ferreira e Jansen (2020) trazem como desafios na reconstrução curricular sobre as relações étnico-raciais.

Vale ainda dizer, que outras obras visuais foram utilizadas com o objetivo de iniciarmos as discussões sobre racismos presentes na sociedade. Os filmes curta metragem “Vista a minha pele” e o “Xadrez das cores, os desafios da acolhida da diversidade” são também exibidos associando-os aos estudos sobre situações reais no cotidiano social brasileiro, apresentados por meio de matérias jornalísticas e estudo teórico.

Na última etapa das disciplinas, os estudos focados sobre as contribuições dos povos africanos, suas lutas e história da África, o empate se formou ao longo destes seis anos, na reconstrução da imagem construída pelas diferentes mídias que na África só houve e há sofrimentos. Frases como: “mas, os negros sempre escravizaram os negros”; “mas os africanos sequestraram seus próprios irmãos para serem vendidos”, tornou-se ao longo de muitos anos frases de denotam a construção de uma percepção sobre a escravização, na história da humanidade vinculada somente a exploração da África.

Como Laurentino Gomes (2019) traz em sua obra “Escravidão”, a imensa maioria da população mundial, na história da humanidade, até meados do século XIX, poderia se enquadrar as condições de escravos, se aplicado o critério que incluem, privação do direito de ir e vir, prestação de serviço em condições degradantes e subumanas, sem remuneração. E isso ocorria em todos os continentes até o século XIX.

A escravidão nem sempre foi ligada a uma raça ou cor de pele. Os historiadores William G. Clarence-Smith e David Eltis calculam que, até trezentos anos atrás, o total de escravos brancos, amarelos e indianos na Europa, no Oriente Médio e na Ásia era provavelmente muito superior ao número de africanos cativos transportados para a América pelo tráfico Atlântico. (GOMES, 2019, p. 66)

Não obstante, é necessário se fazer estudos em textos teóricos sobre a colonização da África e aspectos geográficos, os povos, sua história. Assim, leituras sobre alguns aspectos sobre a África e seus antigos reinos são selecionadas pelos estudantes para conhecimento, como aspectos: geográficos, produtivos, ambientais, personagens históricos, *apartheid* e outros. Esses estudos são feitos por meio de pesquisas orientadas, as quais são socializadas por meio de fóruns, debates e seminários em que os graduandos realizam no decorrer da disciplina. Como atividade ao longo da disciplina, os estudantes tiveram diferentes possibilidades de escrever sobre personalidades negras/negros e/ou indígenas que identificam como importantes na história da humanidade; reflexões sobre situações de exclusão e/ou

racismo vivenciadas por eles em diferentes espaços sociais, até mesmo virtual; e, como atividade final, uma autoescrita sobre a importância da disciplina na formação pessoal e profissional deles.

A introdução da disciplina Educação das relações étnico-raciais nos cursos de graduação do CCA/UFPB traz um diferencial na formação destes futuros profissionais por possibilitar uma formação cidadã; compreender sobre o passado de sua Nação e conseqüentemente o seu próprio, e fomentar uma formação mais libertadora das amarras do conhecimento eurocêntrico e formativo único como parâmetro social. A possibilidade de reconhecer, valorizar e respeitar a diversidade humana fortalece a própria identidade e as escolhas humanas.

Ao ser proposta para os estudantes de Zootecnia, Agronomia, Medicina Veterinária, Bacharelados de Química e Biologia, a disciplina sugere estudos para além de conhecimentos técnicos de suas áreas específicas. Possibilita a esses profissionais em formação, um olhar mais humanista sobre a sociedade e seus indivíduos. Oportuniza refletir e compreender a diversidade de situações sociais, que conformam a sociedade brasileira, na sua raiz histórica, política e cultural, como fundamentais na sua formação profissional, associada à sua formação técnica. Fatos que nos permite afirmar que, mesmo diante de demandas de uma formação especialista, a ação ou decisão profissional deve considerar o contexto socioeconômico no qual os grupos estejam inseridos. As decisões técnicas profissionais não devem prescindir sem uma análise sociopolítica, ou seja, decisões técnicas não podem ser politicamente alienadas.

Mesmo com essa expectativa, e entendendo as contribuições da disciplina, temos a preocupação com falta de continuidade desse tipo de debate ao longo dos cursos. Para alguns currículos, essa disciplina destoa completamente da sua formação, sendo perceptível a carência de debates antes e após a vivência nos estudos étnico-raciais. Falamos isso ao nos referirmos a cursos de formação estritamente técnica, principalmente, nos bacharelados.

Diferente disso, os licenciandos de Biologia e Química terão a possibilidade de completar sua formação profissional com maior competência político-social em relação à realidade brasileira e construir sua própria forma de ser e estar como professor com outrem, constituídos de histórias de vidas tão similares (no tocante à própria realidade brasileira) e tão distintas quanto às interveniências sociais (MORIN, 2001, FREIRE, 1987, 1997, 1999, 2000). Os futuros professores terão a opção de escolherem seu percurso formativo e de trabalho ao conhecerem a própria história. E como o ditado popular africano diz: "Enquanto os leões não tiverem historiadores, a história das caçadas será contada apenas pelo caçador".

Sendo assim, prefere-se oferecer aos futuros profissionais que estes se fortaleçam em suas buscas pessoais sobre a realidade do que estarem estagnados na epistemológica científica do colonizador.

Para não concluir entendemos que a introdução da temática das relações étnico-raciais, nos cursos de graduação pode contribuir na formação cidadão dos futuros profissionais por possibilitar uma reflexão crítica sobre a história do Brasil e de seu passado. Por isso, é importante compreender o presente a partir do que o passado nos proporcionou, para a construção de um futuro mais promissor quanto à igualdade social e a busca de superação da discriminação e eliminação do racismo.

Entendemos que quando uma lei é promulgada, a sua materialização se torna muitas vezes um desafio, principalmente as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, porque mexem na dinâmica social, sugerem o embate político e alteram as relações sociais no cotidiano. Concomitantemente, as instituições de ensino superior precisam assumir a responsabilidade social na formação profissional, pessoal e cidadã de seus estudantes quanto ao que preveem as respectivas leis. Ainda há muito a se fazer.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº. 12. 711**, de 29 de agosto de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em 18 de Janeiro. de 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.639**, que trata da implantação dos conteúdos sobre a história da África e as contribuições dos povos africanos. Brasília: Senado Federal. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 18 de dezembro de 2020.

- BRASIL. **Lei nº. 11.645**, de 10 de março de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 15 de dezembro de 2020.
- BRANDÃO, A. P. (org.). **A cor da cultura: saberes e fazeres, modos de ver**. v. 1, 2, 3. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006. Disponível em: <http://www.acordacultura.org.br/kit>. Acesso em: 13 de janeiro de 2021.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo, 2008. Vol 1.
- FERREIRA, Michele Guerreiro. SILVA, Jassen Felipe. Currículo e educação das relações étnico-raciais: elementos para construção de práxis curriculares antirracistas. in RODRIGUES, Ana Claudia da Silva, ALBINO, Angela Cristina Alves; SÜSSEKIND, Maria Luiza. **Democracia, educação e políticas curriculares nas pesquisas com currículos**. João Pessoa: Editora UFPB, 2020.
- FREIRE. Paulo. **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- FREIRE. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- FREIRE. **A importância do ato de ler: três artigos que se complementam**. São Paulo: Cortez, 1999.
- FIGUEIREDO, Maria do Amparo Caetano. Trabalho, desemprego e exclusão no Brasil, in RICHARDSON, Robert Jarry. **Exclusão, Inclusão e diversidade**. João Pessoa: UFPB, 2009.
- GOMES, Laurentino. **Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal à morte de Zumbi dos Palmares**. vol. 1. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.
- MOURA, Clóvis. **A sociologia do negro brasileiro**. São Paulo, Perspectiva, 2019.
- MORIN. Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2001.
- MUNANGA, K. (org.) **Superando o racismo na escola**. MEC, SECAD, Brasília, 2005. Disponível em: < Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf. Acesso em: 15 de fevereiro de 2015.
- OLIVEIRA, Iolanda. Educação e relações raciais: o papel das universidades. in OLIVEIRA, Iolanda. **Negritude e Universidade: evidenciando questões relacionadas ao ingresso e aos projetos curriculares**. Niterói: Alternativa, 2015.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARCZ, Lília Moritz, GOMES, Flávio. **Dicionário da Escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SKIDMORE, Thomas. E. **Preto, no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. São Paulo: Companhia das letras, 2012.
- RIBEIRO, Débora. A lei Nº. 10. 639/03: limites e perspectivas para a educação das relações étnico-raciais. in **Anais de XII Congresso de Educação**. PUCPR, 2015. Disponível em https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16356_7463.pdf Acesso em 18 de fevereiro de 2021.
- UFPB. **Resolução 16**, que trata sobre regulamentação dos cursos de graduação da UFPB. Consepe: UFPB, 2015.



Este obra está licenciado com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).